Estratégia
OAB

SIMULADO INÉDITO PARA 1ª FASE DO XXXII EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
instagram.com/estratégia OAB

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase em do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp,* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Questão 1

Jorge tentou ingressar em sala de sessão de tribunal, mas foi impedido sob a justificativa de que Jorge tentou acessar área reservada aos magistrados. De acordo com o disposto no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil,

a) Jorge foi impedido corretamente, pois não é permitido que advogados entrem na parte reservada aos magistrados das salas de sessões dos tribunais.

b) Jorge foi impedido corretamente porque teria que agendar horário para ingressar na parte reservada aos magistrados.

c) Jorge não poderia ter sido impedido de ingressar em qualquer sala de sessão de tribunal, mas só poderia entrar em recinto em que funcione repartição judicial no horário de expediente desta.

d) Jorge não poderia ter sido impedido de ingressar na sala, pois é direito dos advogados ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, ainda que em área reservada aos magistrados.

Questão 2

Juliana é advogada e manifestou-se, verbalmente, para esclarecer equívoco que não teria qualquer influência no julgamento. Com base no EAOAB, é correto afirmar que

a) Juliana só poderia ter-se manifestado por escrito.

b) Juliana não poderia se manifestar, uma vez que não houve inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.

c) Juliana tem o direito de usar da palavra para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento.

d) A manifestação de Juliana foi correta, pois é direito do advogado reclamar de equívocos, ainda que não possam influir no julgamento.

Questão 3

Em face de dificuldades insuperáveis com seu cliente, o advogado Renato decidiu renunciar ao mandato, conforme recomenda o Código de Ética e Disciplina. Renato agiu corretamente se

a) Tiver deixado de acompanhar a causa somente após decorrido o prazo previsto em lei.

b) Houver comunicado ao cliente o motivo determinante para a renúncia, pois o advogado não deve deixar ao abandono ou desemparo as causas sob seu patrocínio.

c) Tiver assumido a responsabilidade quanto a documentos ou informações que o cliente devesse lhe fornecer, ainda que por omissão deste, uma vez que está abandonando a causa.

d) Tiver renunciado por considerar a causa indigna de defesa, considerando sua própria opinião sobre a culpa do acusado.

Questão 4

De acordo com o Código de Ética e Disciplina, é incorreto afirmar que compete aos Tribunais de Ética e Disciplina

a) Atuar como órgão mediador ou conciliador nas questões que envolvam dúvidas e pendências entre advogados.

b) suspender, definitivamente, o acusado, em caso de conduta suscetível de acarretar repercussão prejudicial à advocacia.

c) Responder a consultas formuladas, em tese, sobre matéria ético-disciplinar

d) Julgar, em primeiro grau, os processos ético-disciplinares.

Questão 5

O advogado, Pedrinho, pretende realizar substabelecimento no processo em que atua como patrono da parte autora, Sra. Lurdinha, na Justiça do Trabalho. Diante de tal intenção do advogado, assinale a alternativa correta:

a) No caso de substabelecimento, a verba correspondente aos honorários da sucumbência será devida apenas ao substabelecido.

b) O substabelecimento do mandato com reserva de poderes exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.

c) O substabelecido com reserva de poderes deve ajustar antecipadamente seus honorários com o substabelecente.

d) O substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, é ato pessoal do advogado da causa e exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.

Questão 6

Ferdinando foi contratado como estagiário do escritório de advocacia "Mito e Cerqueira Sociedade de Advogados". No ato da contratação lhe foi informado que os estagiários deveriam participar efetivamente nos processos e, dentro do possível, praticar atos isolados, como forma de se garantir uma maior agilidade.

Diante de tal situação, assinale a alternativa que aponte o ato passível de ser praticado por Ferdinando, de forma isolada.

a) atividade de assessoria jurídicas.

b) atividade de consultoria jurídicas.

c) atividade de consultoria.

d) assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos.

Questão 7

A atividade de advocacia e aos direitos do advogado são envoltos por diversos pormenores de conhecimento obrigatório por qualquer advogado. Neste sentido, o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil estabelece que

a) é permitida a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade civil ou comercial.

b) não há hierarquia entre advogados e magistrados, mas, durante as audiências, o advogado está subordinado ao magistrado que a preside.

c) o advogado não pode, sem procuração, comunicar- se pessoal e reservadamente com o seu cliente que estiver preso, detido ou recolhido em estabelecimento civil ou militar e for considerado incomunicável.

d) o advogado pode retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de 10 dias.

Questão 8

O Conselho Seccional de São Paulo observa que a Caixa de Assistência dos Advogados a que se vincula tem constantemente descumprido as suas finalidades. Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta:

a) O Conselho Federal deverá ser comunicado e mediante voto de dois terços de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados.

b) O Conselho Seccional, mediante voto de um terço de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória.

c) O Conselho Federal, mediante voto de um terço de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória.

d) O Conselho Seccional, mediante voto de dois terços de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória, enquanto durar a intervenção.

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

"*Crie toda a felicidade que você for capaz de criar; remova toda a miséria que você for capaz de remover. Fazendo isto todos os dias você irá trazer algo de bom aos outros ou diminuir seus sofrimentos*". Sobre o modelo de pensamento de Jeremy Bentham, marque a opção correta:

a) Todas a legislação deve ser guiada por uma única medida, a da utilidade.

b) As normas a regular a sociedade devem ser analisadas sob uma perspectiva mais teórica do que prática.

c) As leis devem ser sempre obedecidas porque são úteis à vida do homem em sociedade.

d) As normas do direito natural são superiores aos preceitos do direito positivo.

Questão 10

Considere a seguinte afirmação de Platão: "Quem comete uma injustiça é sempre mais infeliz que o injustiçado". De fato, é correto concluir que:

a) Como a justiça é uma virtude, o justo é obtido pelos sentimentos inatos do homem.

b) O homem encontra a virtude da justiça em seu interior, por isso o silvícola será sempre mais virtuoso e justo do que o homem da *polis*.

c) A justiça é uma virtude institucional, pois própria das relações sociais e, por consequência, das relações do Estado.

d) A justiça está nas leis, em sua obediência, não estando em qualquer virtude externa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Para cumprir um mandado judicial contra uma empresa suspeita de ligação com tráfico de drogas, falsificação de documentos e trabalho escravo, a Polícia Federal promoveu a busca e apreensão de documentos, computadores, pen drive, HD (unidade de armazenamento de dados) e registros no escritório dessa empresa. A operação iniciou 6:15 h e finalizou às 20h, sendo que no local o sol nasce às 6h e anoitece as 18h. Os advogados da empresa identificaram que, de acordo com o auto de apreensão, a operação se prolongou além do período diurno. Entre os materiais encontrados, a Polícia apreendeu, após o anoitecer, documentação comprovando prática de ações contrárias às normas trabalhistas, caracterizando especificamente a existência de trabalho escravo nas propriedades rurais da empresa. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta.

a) O direito individual à inviolabilidade da casa tem como exceção o ingresso nela, sem consentimento do morador, para o cumprimento de determinação judicial. Contudo, tal exceção tem como limite temporal o período diurno. Como a ação policial durou além desse período, os atos praticados após o anoitecer são inconstitucionais.

b) A restrição constitucional se refere apenas ao acesso a casa. A doutrina entende que é admissível o prolongamento da ação policial durante a noite.

c) A restrição constitucional se refere apenas ao acesso a casa. Porém, o STF entende que é inadmissível o prolongamento da ação policial durante a noite, logo, as provas podem ser utilizadas, porém os policiais envolvidos serão punidos.

d) O direito individual à inviolabilidade da casa tem como exceção o ingresso nela, sem consentimento do morador, para o cumprimento de determinação judicial. Contudo, tal exceção tem o limite temporal do período diurno. Como a ação policial durou além desse período, os atos praticados antes e após o anoitecer são inconstitucionais.

Questão 12

No dia 11 de outubro de 2017, o Movimento Baixa Tarifa convocou cidadãos a participarem de manifestação contra o aumento das tarifas de trens, ônibus e metrô. A manifestação seria realizada no dia 25 de setembro de 2017 em frente à sede da prefeitura do Município X. Houve uma comunicação prévia à Prefeitura e demais autoridades sobre a data da manifestação. Em resposta ao ofício encaminhado por Bruno, o organizador do evento, a prefeitura não autorizou a realização da manifestação no Município X, já que não havia legislação municipal disciplinando o exercício de reunião. Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O Município agiu corretamente ao não autorizar a realização da reunião, pois o exercício do direito fundamental de reunião depende de lei regulamentadora, por ser norma de eficácia limitada.

b) Em casos com o descrito não se faz necessário o prévio aviso, logo, o organizador do movimento poderia ter encaminhado ofício à prefeitura e às demais autoridades competentes em data posterior à realização da reunião.

c) O Movimento Baixa Tarifa pode impetrar mandado de segurança contra o prefeito que não autorizou a realização do movimento.

d) O Município agiu corretamente ao não autorizar a realização da reunião, pois o exercício do direito fundamental de reunião depende de autorização do Governador do Estado.

Questão 13

Diego é argentino, e sua esposa Kate canadense, tendo sido contratados pela República do Uruguai para prestar serviços em representação consular desse país no Brasil. No período de prestação desses serviços, o casal teve um filho no território brasileiro. Com base no caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

a) Tal filho deve ser considerado brasileiro nato.

b) Tal filho deve ser considerado brasileiro naturalizado.

c) Tal filho será considerado brasileiro nato apenas se houver requerimento ao STF.

d) Tal filho em nenhuma hipótese será considerado brasileiro nato.

Questão 14

O Presidente da República editou um decreto visando a delegação de uma competência para os Ministros de Estado e o advogado-geral da União. Tal competência foi para a aplicação da penalidade de demissão a servidor público federal, decorrente de um processo administrativo disciplinar. Com referência a essa situação hipotética e com base na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

a) O referido decreto foi constitucional, pois a CF/88 permite a delegação da competência para prover cargos públicos federais, que abrangeria também a competência para demitir o servidor público.

b) O decreto foi inconstitucional, já que apesar de a CF/88 trazer a previsão de delegação para provimento de cargos públicos federais, e não há previsão de delegação para hipóteses de demissão.

c) De acordo com o texto da CF/88, a referida delegação pode sim ser feita aos ministros de Estado, mas não pode ser estendida ao Advogado-Geral da União.

d) As competências conferidas pelo texto da Constituição ao Presidente da República são indelegáveis, motivo por que o decreto é inconstitucional.

Questão 15

O Estado ALFA pretende instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) o ente federativo poderá efetivar tal medida mediante lei complementar estadual de iniciativa parlamentar.

b) o ente federativo poderá efetivar tal medida mediante lei ordinária federal.

c) o ente federativo não poderá efetuar tal medida.

d) o ente federativo poderá efetivar tal medida mediante lei ordinária estadual de iniciativa do Poder Executivo.

Questão 16

O Município Gama aprovou lei que proibiu o transporte remunerado de passageiros por meio do uso de aplicativos, sob a justificativa de que a Lei Orgânica local condiciona o exercício desse tipo de atividade à prévia autorização da entidade federativa, que no respectivo ato avalia a capacidade do agente econômico garantir a segurança dos usuários. Para apurar a compatibilidade do diploma legal com a Constituição Federal, o Procurador Geral da República (PGR) ajuizou Arguição de Descumprimento de Preceito Federal (ADPF) perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

a) A ADPF não deve ser conhecida, dado que a norma pode ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o STF. E. ainda, o PGR não possui legitimidade para ajuizar ADPF.

b) A norma deve ser considerada constitucional, porquanto o Município dispõe de competência para dispor sobre trânsito e transporte. Outrossim, o PGR não possui legitimidade para ajuizar ADPF.

c) A norma deve ser considerada inconstitucional, pois a criação artificial e desmotivada de reserva de mercado ofende o princípio da livre iniciativa. O Procurador Geral da República possui legitimidade para ajuizar ADPF.

d) As normas municipais não podem ser objeto de ADPF, razão que deverá levar o Tribunal a não conhecer a ação. O PGR possui legitimidade para ajuizar ADPF.

Questão 17

Em razão de graves indícios de corrupção em empresa pública federal, é instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal. Com o objetivo de apurar todos os fatos, a CPI determina a quebra do sigilo bancário e do sigilo telefônico de um dos investigados. Além disso, convoca o Presidente da República para prestar depoimento em dia e hora marcados. Com base na jurisprudência do STF, analise as assertivas abaixo e, em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta:

a) A CPI não pode determinar a quebra do sigilo bancário e telefônico, uma vez que essas medidas estão sujeitas à reserva de jurisdição.

b) A CPI não poderá convocar o Presidente da República para prestar depoimento, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.

c) A CPI, enquanto direito das minorias legislativas, tem poderes para determinar a busca e apreensão domiciliar, bem como medidas cautelares, a fim de se garantir a proteção ao patrimônio público.

d) A instalação de CPI depende do requerimento de 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, em conjunto ou separadamente. É possível, no entanto, que o Plenário da Casa Legislativa recuse a instalação de CPI pelo voto da maioria absoluta dos membros.

Questão 18

Em 2001, a CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil por omissão, negligência e tolerância no caso envolvendo a cearense Maria da Penha. Nota-se, portanto, que violada uma norma de Direito Internacional surge o dever daquele que infringiu a norma reparar o dano causado. Sobre o tema da responsabilização estatal, é correto afirmar que:

a) A responsabilização pode ter finalidade preventiva (coagindo os Estados a observarem as obrigações assumidas) ou repressiva (reparando os atos ilícitos praticados).

b) A responsabilização estatal só pode ocorrer em caso de omissão estatal, não englobando as hipóteses de ação por parte do Estado.

c) Em termos de responsabilização estatal, só é possível a finalidade repressiva, ou seja, após a ocorrência do dano.

d) O sujeito passivo do dano será sempre uma pessoa, não sendo possível enquadrar comunidades ou grupos nessa posição.

Questão 19

As petições individuais, que dependem de previsão nos tratados internacionais, referem-se à possibilidade de a vítima denunciar violações aos direitos humanos diretamente aos organismos internacionais competentes. Em razão do desrespeito à sua liberdade de religião, garantida pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos no art. 12, um líder religioso de matriz africana o procura para que seja redigida a petição e endereçada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Com base no caso acima, assinale a alternativa correta:

a) É possível a petição particular, porém a legitimidade é exclusiva da parte prejudicada pela violação aos direitos humanos.

b) Não há previsão de petições particulares à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sendo possível apenas as petições estatais.

c) As petições particulares poderão ser apresentadas ainda que não tenham sido esgotados os recursos da jurisdição interna, desde que seja demonstrada a demora injustificada na decisão sobre tais recursos.

d) As petições particulares, diante da urgência e gravidade do caso concreto, poderão ser apresentadas ainda que a matéria em questão seja objeto de litispendência internacional.

Questão 20

Para a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, Angelina recorre à autoridade central brasileira, quando João, seu marido, que tem dupla-nacionalidade, viaja para os Estados Unidos com a filha de 17 anos do casal e não retorna na data prometida. João alega que entrará com pedido de divórcio e passará a viver com a filha menor no exterior.

Com base no caso apresentado, a autoridade central brasileira

a) deverá acionar diretamente a autoridade central estadunidense para que tome as medidas necessárias para o retorno da filha ao Brasil.

b) deverá ingressar na Justiça Federal brasileira, em nome de Lígia, para que a Justiça Federal mande acionar a autoridade central estadunidense para que tome as medidas necessárias para o retorno da filha ao Brasil.

c) não deverá apreciar o pleito de Lígia, eis que a filha é maior de 16 anos.

d) não deverá apreciar o pleito de Lígia, eis que o pai também possui direito de guarda sobre a filha, já que o divórcio ainda não foi realizado.

Questão 21

Uma sociedade brasileira, sediada em Porto Alegre, resolveu contratar uma sociedade paraguaia sediada em Assunção para realizar um estudo que lhe permitisse expandir suas atividades no exterior, para poder vender seus produtos no mercado paraguaio Depois de várias negociações, o representante da sociedade paraguaia veio ao Brasil, e o contrato de prestação de serviços foi assinado em Porto Alegre. Por esse contrato, o

estudo deveria ser entregue em seis meses. No entanto, apesar da intensa troca de informações, passados 10 meses, o contrato não foi cumprido. A sociedade brasileira ajuizou uma ação no Brasil, invocando a cláusula penal do contrato, que previa um desconto de 10% no preço total do serviço por cada mês de atraso. A sociedade paraguaia, na sua contestação, alegou que a cláusula era inválida segundo o direito paraguaio.

Conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro, qual é a lei material que o juiz deverá aplicar para solucionar a causa?

a) A lei brasileira, pois o contrato foi firmado no Brasil.

b) A lei paraguaia, pois o réu é domiciliado no Paraguai.

c) Os princípios do UNIDROIT, porque muitas cláusulas foram inspiradas nessa legislação.

d) A Lex Mercatoria, porque o que rege o contrato internacional é a prática internacional.

Questão 22

O Município ABC publicou a Lei Ordinária Municipal nº 1.234/2019, estendendo o prazo para a cobrança judicial dos créditos de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano de cinco (5) para oito (8) anos. Sobre a hipótese descrita, é correto afirmar que o Município:

a) Só poderia ter estendido o prazo para a cobrança judicial dos créditos tributários se tivesse editado Lei Complementar Municipal.

b) Agiu incorretamente, pois a legislação Municipal não pode dispor sobre prazo para a cobrança judicial dos créditos tributários.

c) Só poderia ter estendido o prazo para a cobrança judicial dos créditos tributários se previamente autorizado por meio de Convênio firmado entre todos os Municípios do respectivo Estado.

d) Agiu corretamente, pois se trata de assunto de interesse local.

Questão 23

Em meio a uma pandemia ocasionada pela disseminação de um vírus, situação essa que foi considerada como efetiva calamidade pública em ato normativo federal, o Presidente da República editou uma Medida Provisória instituindo empréstimo compulsório, que passará a incidir a partir do 1º dia do mês seguinte ao da publicação da medida, com vistas a atender às despesas extraordinárias com a saúde pública, decorrentes dessa

calamidade. Sobre a hipótese descrita, é correto afirmar que o Empréstimo Compulsório em questão:

a) Não poderia ter sido ser instituído por Medida Provisória, sendo, por isso, inconstitucional.

b) Não poderia ter sido instituído para custear despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, sendo, por isso, inconstitucional.

c) Só poderia ter sido instituído por meio de Lei Ordinária (comum), sendo, por isso, inconstitucional.

d) Também poderia ter sido instituído pelos Estados da Federação que precisassem arcar com despesas extraordinárias decorrentes dessa calamidade pública.

Questão 24

A seguradora Segura Ltda. realizou a venda de um lote de automóveis salvados de sinistro, isto é, automóveis que, por algum acidente (colisão, enchente etc.), perderam mais de 75% de seu valor de mercado, sendo sua propriedade transferida para a seguradora, mediante o pagamento da correspondente indenização ao segurado. Ocorre que o Fisco do Estado ABC está exigindo o pagamento do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços sobre essa operação de venda. Sobre a hipótese descrita, é correto afirmar que:

a) A exigência realizada pelo Fisco Estadual está correta, pois a venda dos automóveis salvados de sinistro é uma operação de compra e venda de mercadorias.

b) Além do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, também é devido o ISS - Imposto sobre Serviços incidente sobre a atividade de venda dos automóveis salvados de sinistro.

c) A exigência realizada pelo Fisco Estadual está incorreta, pois a venda dos automóveis salvados de sinistro não está sujeita à incidência do imposto em questão.

d) Muito embora tenha praticado o fato gerador do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, as empresas seguradoras são isentas do imposto, nos termos de lei federal.

Questão 25

Igor Maciel, desejando integralizar sua parte no capital social da sociedade empresária da qual é sócio, buscou transmitir imóvel de sua propriedade, de alto valor, para a sociedade empresária, cuja atividade preponderante é a de locação de imóveis. Ele ficou surpreso ao verificar que havia houve a cobrança do ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens

Imóveis, e mais admirado ainda com a aplicação de alíquota superior àquela aplicada a outros imóveis de menor valor, em razão da existência de lei municipal ordinária estabelecendo alíquotas progressivas do ITBI em função do valor do imóvel. Sobre a hipótese descrita, é correto afirmar que:

a) A cobrança do imposto está incorreta, pois a operação é imune à incidência de impostos, e a progressividade das alíquotas é constitucional.

b) A cobrança do imposto está correta, pois a operação não é imune à incidência de impostos, e a progressividade das alíquotas é constitucional.

c) A cobrança do imposto está incorreta, pois a operação é imune à incidência de impostos, e a progressividade das alíquotas é inconstitucional.

d) A cobrança do imposto está correta, pois a operação não é imune à incidência de impostos, e a progressividade das alíquotas é inconstitucional.

Questão 26

Após fiscalização, a Receita Federal do Brasil lavrou, em 14/09/2008, AIIM - Auto de Infração e Imposição de Multa pela falta de pagamento do Imposto sobre a Renda (IR) referente ao ano base 2002. Por não concordar com essa autuação, a contribuinte ingressou com impugnação administrativa, rejeitada por decisão desfavorável que se tornou definitiva em 23/01/2010 e cuja notificação ocorreu em 30/01/2010. Como esse crédito tributário não foi pago, a Fazenda Pública ingressou com Execução Fiscal em 11/12/2015, cuja petição inicial foi deferida pelo Juiz em 01/02/2016. Sobre a hipótese descrita, é correto afirmar que tal débito encontra-se extinto pela:

a) Decadência e pela remissão.

b) Prescrição e pela anistia.

c) Decadência e pela prescrição.

d) Remissão e pela anistia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

Em decorrência do novo coronavírus, o Prefeito do Município Mar Azul publicou decreto interditando bares, restaurantes, shoppings, centros comerciais, e praias da cidade. Para dar efetividade ao decreto, ficou estabelecido que a Guarda Municipal e os fiscais do município fiscalizariam o cumprimento da ordem de interdição. Contudo, não houve

estipulação de multa ou qualquer taxa por descumprimento. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Trata-se de exercício do poder regulamentar, na medida em que a administração pública municipal editou ato normativo para preservar a saúde pública.

b) Trata-se de exercício do poder disciplinar, na medida em que é possível que a administração pública apure infrações e aplique penalidades aos administrados.

c) Trata-se do exercício do poder de polícia, na medida em que a administração pública pode restringir o direito de particulares para preservar a saúde pública.

d) Trata-se do exercício do poder hierárquico, na medida em que estabelece uma relação de subordinação administrativa entre agentes públicos e administrados.

Questão 28

Determinada sociedade de economia mista estadual, realizou concurso público para técnico de mecânica. Maurício foi aprovado e, inicialmente, ficou classificado em 3º lugar. No entanto, houve uma retificação do edital e, em razão dessa mudança, ele passou para a 20ª posição. Inconformado, Maurício lhe procurou, na qualidade de advogado, para ajuizar ação ordinária contra a referida sociedade, alegando a nulidade da retificação e que requerendo ele volte para o 3º lugar na classificação final. Você deverá informar corretamente que:

a) Os empregados públicos das empresas estatais encontram-se submetidos às normas constitucionais que tratam dos agentes públicos em geral, e são servidores estatutários.

b) Os empregados públicos das empresas estatais, por se enquadrarem na categoria dos agentes públicos, encontram-se submetidos às normas constitucionais que tratam dos agentes públicos em geral, mas não precisam prestar concurso público.

c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal.

d) Compete à Justiça Comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal.

Estratégia OAB

Questão 29

Determinado Prefeito Municipal, juntamente com um advogado privado, frustrou a licitude de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) A conduta constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito.

b) Os responsáveis estão sujeitos às cominações de suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

c) A ação civil por ato de improbidade será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar, sendo possível a celebração de acordo de não persecução cível.

d) A ação civil para aplicar as sanções decorrentes do ato de improbidade, tanto para o Prefeito, como para o particular, pode ser proposta até cinco anos após o término do exercício de mandato em que praticada a conduta ímproba, independentemente de reeleição.

Questão 30

Em 01/07/2008, Fernando curou-se de grave enfermidade e decidiu passar a vida viajando pelo mundo. Em 10/10/2019, ele retornou ao Brasil, e foi surpreendido pelo fato de que um terreno de sua propriedade havia sido invadido pelo Município Alfa que nele construiu uma creche para crianças de determinado bairro da cidade. Diante dessa situação, Fernando procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

a) Fernando poderá ajuizar ação possessória com o objetivo de retomar a posse do bem, a qual prescreve em 15 anos, a contar do início da posse pelo Município.

b) Fernando poderá ajuizar ação de desapropriação indireta, a qual prescreve em 10 anos, a contar do início da posse pelo Município.

c) Fernando poderá ajuizar ação de desapropriação indireta, a qual prescreve em 15 anos, a contar do início da posse pelo Município.

d) Fernando poderá ajuizar ação de desapropriação indireta, a qual prescreve em 20 anos, a contar do início da posse pelo Município.

Questão 31

Gabriel, servidor público federal, formou-se em odontologia. Em razão da especialidade em atendimento de urgência e emergência, frequentemente era chamado a atender seus pacientes durante o horário de expediente, ausentando-se da repartição pública. O chefe da repartição de Gabriel soube das faltas e instaurou sindicância, na qual o servidor foi punido com uma advertência. Relutando em largar a atividade de odontólogo, ele por diversas vezes reincidiu na mesma falta que ensejou sua punição, de modo que foi aberta nova sindicância. Diante de tal situação, é correto afirmar:

a) Da sindicância não pode resultar arquivamento do processo, sendo necessária a instauração de processo disciplinar.

b) O prazo para conclusão da sindicância não excederá 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

c) Da sindicância pode resultar suspensão de até 60 (sessenta) dias.

d) Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Questão 32

O Estado X, através da sua Secretária de Saúde, deseja realizar procedimento licitatório para contratação de empresa para construir um hospital infantil modelo. Esse hospital será construído de acordo com um projeto básico elaborado pela sociedade empresária Beta, já apresentado à todos os governadores do país, que deverá ser observado, especialmente com relação à adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Poderá participar da licitação, desde que indiretamente, o autor do projeto básico, enquanto pessoa física.

b) Poderá participar da licitação, desde que indiretamente, o autor do projeto básico, enquanto pessoa jurídica.

c) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação consórcio de empresas, responsável pela elaboração do projeto básico da qual o autor do projeto seja detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

d) A vedação à participação também impede a licitação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Após estudos técnicos e consulta pública, o Governo Federal, por intermédio de um decreto, cria uma Área de Proteção Ambiental no estado do Maranhão. A unidade de conservação criada é extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Neste caso, e considerando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, marque a opção correta:

a) A Área de Proteção Ambiental criada pode ser constituída por terras públicas ou privadas.

b) É obrigatório que o Plano de Manejo da APA contemple a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

c) A APA prescinde de Plano de Manejo.

d) O Governo Federal não pode criar uma APA por decreto. Neste caso, haveria a necessidade de uma lei federal específica.

Questão 34

O Sr. Joaquim pretende instituir uma servidão ambiental em sua propriedade, no interior de Minas Gerais. Para entender melhor os aspectos jurídicos relacionados ao tema, Joaquim consulta o advogado Paulo, atuante na área ambiental. Acerca do tema, marque a opção que apresenta uma orientação correta:

a) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita.

b) A servidão sempre será temporária.

c) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 5 anos.

d) A servidão ambiental pode ser instituída sobre APP.

DIREITO CIVIL

Questão 35

Pirulito trabalha como palhação em um circo, e por isso não tem residência fixa e anda viajando pelo país vivendo da sua arte, durante a noite, e de trabalhos temporários, durante o dia, em cada cidade pela qual passa. Na cidade A, teve um desentendimento com Clóvis, que terminou em vias de fato. Por essa razão, Clóvis pretende acioná-lo judicialmente. Descobriu que depois da briga ele esteve na cidade B, onde o circo realizou espetáculo por alguns dias. Constatou também que seus pais moram na cidade C, a qual visita periodicamente. Por fim, soube que ele possui um imóvel na cidade D, onde costuma ir para descansar, durante as pausas das apresentações. Para efeitos legais, o domicílio de Pirulito será:

a) a cidade A, onde ocorreu as vias de fato.

b) a cidade D, onde possui um imóvel.

c) o local onde for encontrado.

d) as cidades A, B, C e D.

Questão 36

Glória celebrou contrato de empreitada mista com a empresa Tijolos Ltda. para a construção de um muro em sua casa, pelo preço total de R$ 5.000,00. Contudo, no decorrer da obra, ocorreu uma forte chuva e todo o material que estava separado para ser empregado na obra molhou e foi perdido. A empreiteira informou o fato à Glória e cobrou um adicional de R$ 1.000,00 para adquirir os novos materiais necessários para terminar a obra. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Glória não deverá pagar o adicional de R$ 1.000,00, mesmo que a destruição do material não tenha ocorrido por culpa do devedor.

b) Glória não deverá pagar o adicional de R$ 1.000,00, e a empreiteira não está obrigada a terminar a obra, em razão da ocorrência de fato fortuito ou de força maior.

c) Glória deverá pagar o adicional de R$ 1.000,00, pois a destruição do material não se deu por culpa da empreiteira.

d) Glória deverá pagar o adicional de R$ 1.000,00, e a empreiteira não está obrigada a terminar a obra, em razão da ocorrência de fato fortuito ou de força maior.

Questão 37

Diego, Ricardo, Bruno e Silvia são irmãos e coproprietários, em regime de condomínio *pro indiviso*, de uma fazenda, localizada próximo à cidade onde moram, a qual todos costumam passar os finais de semana, sendo cada um deles titular de parte ideal representativa de um quarto (1/4) da coisa comum. Certa vez, durante visita à casa principal da fazenda, Diego observou diversas goteiras no telhado, que estavam danificando móveis e a pintura da casa. Em razão da urgência de resolver o problema para evitar maiores prejuízos, ele contratou, em nome próprio, um serviço para retelhar toda a casa, pelo valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Os demais coproprietários foram informados da situação, mas Ricardo e Bruno acharam o valor demasiadamente caro e recusaram-se a pagar sua quota. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

a) o serviço poderá ser cobrado de qualquer um dos coproprietários.

b) o serviço poderá ser cobrado apenas de Diego, que terá direito de regresso contra os demais coproprietários.

c) o serviço poderá ser cobrado apenas de Diego, que não terá direito de regresso contra os demais coproprietários, pois contratou sozinho, em nome próprio.

d) o serviço não poderá ser cobrado de nenhum dos coproprietários, pois o contrato deveria ter sido aprovado por todos para que fosse válido.

Questão 38

Em 10/06/2012, Jorge comprou de Osmar um automóvel, tendo feito o registro e licenciamento regular perante o DETRAN. Em 05/08/2018, Lucas entrou em contato com Jorge, dizendo que o automóvel era seu e que Osmar havia furtado o veículo em 2012, e só então Lucas havia conseguido encontrar. Diante disso, Lucas ajuizou ação de reintegração de posse contra Jorge pedindo de volta o carro. Jorge procurou um advogado que o informou corretamente que:

a) não é possível a usucapião de bem móvel proveniente de crime, por caracterizar clandestinidade ou violência.

b) houve a usucapião ordinária, pois Jorge possuía o automóvel como seu, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé.

c) não é possível a usucapião de bem móvel, pois a prescrição apenas teve início quando Lucas encontrou o bem.

d) houve a usucapião extraordinária, a qual independe de título ou boa-fé.

Questão 39

Leandro, vendedor ambulante, era divorciado e possuía dois filhos menores impúberes, Júlia e Júlio, com sua ex-esposa, Janaína, aos quais prestava alimentos mensalmente, no valor de dois salários mínimos. Certo dia, ele estava trabalhando na rua, quando foi atropelado por Carlos, sofrendo traumatismo craniano. Leandro ainda foi levado ao

hospital, passando alguns dias internado em tratamento, mas não resistiu aos ferimentos e foi à óbito. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

a) os filhos, mesmo que devidamente representados, não poderão exigir indenização por danos morais, uma vez que dano moral foi causado diretamente à Leandro.

b) os filhos, devidamente representados, poderão exigir alimentos de Carlos, levando em conta a duração provável da vida de Leandro.

c) se ficar comprovado que Leandro atravessou a rua imprudentemente, fora da faixa de pedestres, o valor da indenização não deverá ser influenciado.

d) os filhos não poderão exigir as despesas com o tratamento médico e o funeral, as quais deverão ser pagas pelo espólio de Leandro.

Questão 40

Humberto e Beatriz casaram-se com 19 e 18 anos, respectivamente. Um ano após o casamento, tiveram uma filha, Carolina. Para a criação e sustento da menina, contavam com a ajuda dos pais de Humberto. Quando Carolina completou três anos, Humberto e Beatriz decidiram se separar, ficando a mulher com a guarda da filha. Dois anos depois, Beatriz conheceu Pablo e casou-se novamente. Humberto, por sua vez, buscando esquecer Beatriz e começar uma nova carreira, decidiu se mudar para outro estado e gostaria de obter a guarda de Carolina. Diante dessa situação, Beatriz procurou um advogado que informou corretamente que:

a) Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido matematicamente igual com a mãe e com o pai.

b) Sendo Humberto e Beatriz aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, mesmo que um deles declare que não deseja a guarda do menor.

c) Determinada a guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia de Carolina será aquela que melhor atender ao seu interesse.

d) Determinada a guarda unilateral à um dos pais, o outro não poderá interferir, nem supervisionar os interesses de Carolina.

Questão 41

Valéria e Valentina, irmãs, perderam os pais muito jovens e herdaram grande fortuna. Valéria não teve filhos e passou a cuidar e gerir os bens da família, enquanto Valentina, também sem descendentes, dedicou sua vida à cuidar de um orfanato de crianças com câncer. Aos 30 anos, Valentina descobriu um grave tumor no cérebro, restando-lhe tempo de vida. Decidiu, então, lavrar um testamento e deixar toda a sua herança para a instituição de uma fundação, constituída para fins de pesquisas científicas na área de oncologia, vindo a falecer em seguida. O testamento foi aberto e Valéria, inconformada com o desejo da irmã, procurou um advogado que a informou corretamente que:

a) Valentina poderia destinar somente metade da sua herança para constituir uma fundação, uma vez que a outra metade pertence por lei à Valéria.

b) Valentina pode destinar a totalidade de sua herança para constituir a fundação e excluir da sucessão a irmã, bastando somente que disponha do seu patrimônio sem contemplar Valéria.

c) Valentina não pode destinar a totalidade de sua herança para constituir a fundação e excluir a irmã da sucessão, por meio de testamento.

d) Valentina não pode destinar a totalidade de sua herança para constituir fundação para fins de pesquisas científicas, através de testamento.

Direito da Criança e do Adolescente

Questão 42

Maria Joaquina têm 16 anos e descobriu recentemente que está grávida do namorado. Ambos estão muito felizes com a vinda do bebê mas, ao mesmo tempo, temem como será a reação dos seus pais. Preocupados, decidem informar-se sobre os direitos que Maria Joaquina, menor de idade, tem em relação à gravidez. Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

a) Maria Joaquina terá direito ao atendimento pré-natal, perinatal (da 22ª semana de gestação ao 7º dia de vida do bebê) no âmbito do Sistema Único de Saúde -SUS. O atendimento pós-natal, por sua vez, deverá ser arcado pela gestante em tratamento particular.

b) Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto. A escolha, nesse caso, caberá aos profissionais de saúde, conforme a estrutura e disponibilidade das unidades de saúde.

c) Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação.

d) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. A assistência psicológica não será estendida a gestantes e mães que manifestem interessem em entregar sues filhos para a adoção como forma de respeito à livre escolha da mulher.

Questão 43

João e Ana são irmãos e, em decorrência da morte dos pais e ausência de parentes próximos, precisarão ser colocados em família substituta. Os menores, de 13 e 10 anos, respectivamente, estão com muitas dúvidas sobre o futuro e decidem procurar um advogado amigo da família para ficarem cientes de tudo que acontecerá. Na consulta com o advogado, as crianças foram corretamente informadas que:

a) A colocação em família substituta sempre ocorre por meio da adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.

b) Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido pelo juiz e pelo membro do Ministério Público, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.

c) João e Ana precisarão manifestar seu consentimento, colhido em audiência.

d) João e Ana serão colocados na mesma família substituta preferencialmente, salvo em caso de comprovada existência de risco de abuso ou de outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Em 05/04/2019, Paulo adquiriu um computador em que seria instalado o sistema de vigilância de sua residência. O aparelho ficou guardado do mesmo modo em que saído da loja, até que em 05/06/2019, quando a empresa foi instalar o sistema, Paulo retirou-o da caixa e verificou havia que a tela estava trincada. Em 15/07/2019, ele formulou reclamação formal à loja de eletrônicos, a qual foi respondida em 30/07/2019, negando a reparação do produto. Inconformado, em 10/08/2019, Paulo procurou um advogado para ajuizar ação contra o fornecedor, pleiteando a substituição do produto. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) O direito de Paulo não caducou, pois a reclamação obstou a decadência.

b) O direito de Paulo não caducou, uma vez que a decadência apenas se daria em setembro de 2019.

c) O direito de Paulo caducou em julho de 2019.

d) O direito de Paulo caducou em maio de 2019.

Questão 45

Otaviano, com 73 anos de idade, conversando com o amigo Justino, que possui 77 anos, contou-lhe que realizou um empréstimo consignado junto à instituição financeira X, que deveria ser quitado no prazo de 6 anos. Justino, necessitando de dinheiro para ajudar seus filhos, dirigiu-se à mesma instituição, requerendo um empréstimo consignado no mesmo valor e com o mesmo prazo para pagamento. No entanto, a instituição negou o pedido, fundamentando a negativa na elevada idade de Justino. Este, por sua vez, considerou que essa restrição seria discriminatória, violando o princípio da igualdade. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) É válida a recusa das instituições financeiras de concederem empréstimo consignado nos casos em que a soma da idade do cliente com o prazo de duração do contrato seja superior a 80 anos.

b) A adoção de critério etário para distinguir o tratamento da população em geral é inválida, devendo-se atentar para a sua razoabilidade diante dos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

c) Esse critério de vedação ao crédito consignado para tal hipótese representa discriminação negativa que coloca em desvantagem exagerada a população idosa.

d) A adoção de critério etário para concessão do empréstimo configura prática abusiva contra os idosos, população essa que já se encontra em situação de vulnerabilidade fática, a qual deverá ensejar dano moral *in re ipsa*.

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Alessandro Urbano constitui uma empresa na forma de Microempreendedor individual já que pretende desenvolver um negócio empresarial em que a receita bruta anual é de 60.000,00 (sessenta mil reais) em média. Em vista da escolha realizada, podemos afirmar:

a) Alessandro poderá constituir o seu negócio em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

b) Alessandro poderá constituir a empresa em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade limitada caso o valor da receita fosse superior a 100 (cem salários-mínimos).

c) Alessandro deve constituir a empresa na forma de Empresário Individual.

d) Alessandro poderá constituir a empresa, inclusive, na forma de sociedade limitada unipessoal.

Questão 47

Silvio Santos constitui uma sociedade com a intenção de prestar os seus serviços empresariais para a venda de artigos exóticos. Ressalte-se que Júlio sempre atuou na forma de Microempreendedor Individual. Em caso de incapacidade superveniente,

a) A empresa poderá ser continuada por seus Pais, desde que haja autorização judicial.

b) a empresa não poderá ser continuada por seus pais ou representantes, já que fora constituída na personalidade jurídica de pessoa natural do Empresário.

c) A empresa não poderá ser continuada por seus pais, mas poderá ser continuada por um ou mais gerentes nomeado(s) pelo juiz.

d) Os pais poderão autorizar a continuidade da empresa que será homologada pelo juiz mediante alvará judicial.

Questão 48

A Empresa KINGUIO S/A em vista de decisão assemblear pretende deixar de existir para unir-se a outra sociedade anônima de capital fechado que se denomina COMPANHIA FLOWER HORN.

As assembleias respectivas em ambas as companhias é para decidir que nenhuma delas continuará existindo para dar início a uma terceira companhia que se denominará KINGUIO SILVER S/A. A operação societária indicada denomina-se

a) Cisão integral;

b) Grupo econômico;

c) Fusão;

d) Incorporação.

Questão 49

Sobre os títulos de crédito, analise a situação a seguir:

Flavio Alessandro decide comprar uma mesa para estudos móvel que comporta a utilização do notebook, além da organização de livros, PDFs e canetas.

Em vista do grande investimento, já que fez um plano para estudar fortemente nos próximos 18 (dezoito) meses, parcelou o pagamento. Nesse sentido, a empresária Rosenval Teixeira poderá aceitar o parcelamento em vista da utilização de:

a) cheques ou notas promissórias;

b) duplicata de consumo ou cheques ;

c) duplicata, cheques ou notas promissórias;

d) duplicatas ou cédulas de crédito de consumo.

Questão 50

Os créditos trabalhistas consubstanciados após o decreto de quebra devem ser classificados como:

a) de privilégio especial;

b) prioritários;

c) extraconcursais;

d) quirografários.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Maria foi vítima de uma fraude bancária e, como não conseguiu resolver a questão administrativamente, recorreu aos seus serviços advocatícios para que fosse ajuizada a medida judicial pertinente. Muito ansiosa com o desfecho do caso, Maria ligava diariamente em busca de notícias. Em uma das ligações, buscando demonstrar conhecimento e tranquilizar a cliente sobre o trâmite processual, foi explicado que os juízes atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença. Isso significa que: Nesse momento, Maria entendeu que seu processo não seria julgado em detrimento de outros, sem o devido tratamento isonômico. Em resposta, o advogado corretamente orientou que:

a) A lista de processos aptos a julgamento deverá estar à disposição para consulta pública em cartório, nas localidades em que os processos são físicos, ou na rede mundial de computadores, nas comarcas que já apresentarem todos os processos virtuais.

b) Há uma lista única e geral englobando todos os processos de cada vara, inclusive as preferências legais.

c) Alguns processos poderão serão sentenciados fora da ordem cronológica por razões de urgência ou devido à dinamicidade do procedimento a exemplo das sentenças homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido.

d) É importante aguardar o julgamento sem formular qualquer requerimento pois este sempre modifica a ordem de julgamento, fazendo com que o processo ocupe o último lugar da fila após o cumprimento do requerido.

Questão 52

Patrícia e Rubens eram casados e, na constância do matrimônio, se tornaram pais de Matheus. Matheus tem 4 anos de idade e o casamento dos seus pais ruiu. Patrícia decide ajuizar a devida ação de alimentos para garantir a pensão para seu filho. Nesse caso, é correto que:

a) Patrícia apresenta interesse e legitimidade, mas não se verifica o cumprimento da 3ª condição da ação: a possibilidade jurídica do pedido.

b) Patrícia não poderá ajuizar a ação por expressa previsão do Código de Processo Civil que estabelece que ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio.

c) No caso narrado, a ação de alimentos deverá ser processada e julgada no foro de domicílio do alimentante, o pai Rubens.

d) A ação de alimentos deverá ser processada e julgada no foro de domicílio do alimentando, o menor Matheus.

Questão 53

João, domiciliado em Porto Alegre - RS, assinou um contrato de seguro de vida e, por desatenção, não percebeu que havia uma cláusula de eleição de foro prevendo que qualquer demanda judicial entre ele e a seguradora deveria ser ajuizada em Manaus - AM, sede da empresa. Diante dessa situação, é certo que:

a) A cláusula contratual de eleição de foro é nula de pleno direito pois a competência em razão do território é inderrogável por convenção das partes.

b) A cláusula de eleição de foro produzirá efeitos se constar de instrumento escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico, no caso, o contrato de seguro de vida.

c) Por tratar-se de um seguro de contrato de vida, o foro contratual, se válido, não obrigará os herdeiros e sucessores das partes.

d) A qualquer tempo, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.

Questão 54

Um advogado, ao término do expediente de uma sexta-feira, protocola uma ação no sistema do Tribunal de Justiça de seu Estado, mas esquece de juntar a procuração assinada pelo cliente em uma ação indenizatória. Coincidentemente, na sala ao lado, seu

colega também esquece de juntar a procuração da parte ré em uma ação de despejo. Considerando a situação, pode-se afirmar que:

a) O juiz determinará a extinção sem julgamento do mérito em ambos os casos.

b) O juiz suspenderá os processos e concederá prazo de 15 dias para que os vícios processuais sejam sanados.

c) O juiz suspenderá os processos e designará prazo razoável para que os vícios processuais sejam sanados.

d) Em caso de descumprimento da determinação, o juiz extinguirá o processo no primeiro caso e, no segundo, concederá os pedidos formulados pelo autor na petição inicial em razão da revelia do réu.

Questão 55

Mário Jorge é aluno do curso de Direito e, por orientação do professor de Prática Jurídica, compareceu todos os dias da semana para acompanhar as audiências realizadas na 1ª Vara Cível da comarca de sua cidade. Ao longo da semana, Mário Jorge pode observar vários poderes e deveres do juiz que acompanhava, entre eles:

a) assegurar às partes igualdade de tratamento e velar pela duração razoável do processo, podendo suprimir, de acordo com seu juízo de equidade, fases do procedimento visando dar celeridade ao trâmite processual.

b) prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias, sendo-lhe vedado dilatar prazos processuais.

c) determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.

d) exercer o poder de polícia e velar pela segurança interna dos fóruns e tribunais, sendo vedado requisitar força policial.

Questão 56

Após o deferimento de todos os pedidos apontados na inicial, a parte ré decide apelar da sentença. O advogado explica à parte autora que a apelação apresenta, em regra, efeito suspensivo, mas que, embasado no Código de Processo Civil, seria possível formular o pedido de cumprimento provisório da sentença logo após a sua publicação. Desse modo, pode-se afirmar corretamente que a sentença:

a) confirmou ou concedeu tutela provisória requerida pela parte autora.

b) condenou ao pagamento de danos materiais.

c) condenou ao pagamento de danos morais.

d) deferiu o pedido de desocupação imediata de imóvel.

Questão 57

O juízo de 1º grau proferiu sentença contrária a enunciado de acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos. O advogado da parte, infelizmente, desconhecia a tese firmada pelo tribunal e, por isso, deixou transcorrer in albis o prazo recursal. Passados 6 anos, a parte formou-se em Direito e analisando o caso decidiu voltar ao Judiciário para discutir a sentença. Assinale a alternativa correta:

a) A parte deverá apelar da sentença com fundamento no art. 1.009 do Código de Processo Civil: "Da sentença cabe apelação."

b) A parte poderá rescindir a decisão do mérito por meio de ação rescisória pois o Código de Processo Civil não prevê limite temporal em caso de erros cometidos pelo advogado, sem que a parte possa ser responsabilizada.

c) A parte nada poderá fazer.

d) A parte poderá rescindir a decisão do mérito com fundamento no art. 966, inciso V, ou seja, por violação manifesta de norma jurídica.

Estratégia OAB

Questão 58

Sobre os institutos da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, assinale a opção correta.

a) A natureza jurídica do arrependimento posterior é a de causa geradora de atipicidade absoluta da conduta, de forma que o autor não responde pela tentativa, mas pelos atos até então praticados.

b) Crimes de mera conduta e formais comportam arrependimento eficaz, uma vez que, encerrada a execução, o resultado naturalístico pode ser evitado.

c) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz, espécies de tentativa "abandonada", passam por três fases: o início da execução, a não consumação e a interferência da vontade do próprio agente

d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza responderá pelo crime consumado, porem com uma causa de redução de pena de um a dois terços.

Questão 59

Segundo o Direito Penal brasileiro analise a seguinte situação: José pratica eutanásia em seu avó quando este, após contrair o Corona Vírus, encontra-se em estado terminal, internado em um hospital, e desenganado pelos médicos. Nesta situação sua conduta constitui hipótese de:

a) causa de exclusão da culpabilidade do fato.

b) crime cometido em situação compatível com o perdão judicial.

c) crime de homicídio doloso privilegiado.

d) homicídio doloso praticado através do consentimento do ofendido, causa supra legal de exclusão da ilicitude do fato.

Questão 60

Determinado sujeito esgota, segundo seu entendimento, todos os meios a seu alcance para consumar um homicídio disparando toda a munição de sua arma de fogo contra um desafeto, porem, a morte não ocorre por circunstâncias alheias à sua vontade, já que a própria vítima consegue se dirigir para um hospital próximo onde é salva. Esta situação pode ser denominada de :

a) tentativa imperfeita.

b) crime de consumação imprópria

c) crime falho.

d) tentativa branca ou incruenta.

Questão 61

Com relação aos princípios de direito penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Os crimes praticados na vigência das leis temporárias, quando criadas por estas, se sujeitam aos efeitos da *abolitio criminis* em razão do término de sua vigência.

II. Os crimes praticados na vigência das leis temporárias, quando criadas por estas, não se sujeitam aos efeitos da *abolitio criminis* em razão do término de sua vigência.

III.A criação de novo tipo penal incriminador em certos casos poderá ser realizado por meio de medida provisória, sem que haja ofensa ao principio da reserva legal.

Assinale:

a) se nenhuma afirmativa estiver correta.

b) se somente afirmativa II estiver correta.

c) se somente a afirmativa I estiver correta.

d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

Questão 62

Agido em legítima defesa putativa, por acreditar que ia sofrer uma agressão a sua vida, produto de um erro de tipo permissivo inevitável, determinado agente dispara sua arma de fogo contra o suposto agressor ceifando-lhe a vida. Como advogado, você poderia alegar em defesa do acusado que esta situação deve se excluir:

a) a culpabilidade e o crime.

b) a punibilidade em abstrato, isentando de pena.

c) a ilicitude e o crime.

d) a responsabilidade penal por dolo e culpa.

Questão 63

Em relação ao crime continuado, previsto no Art. 71 do CP, e a jurisprudência pacificada nos nossos tribunais superiores a seu respeito, podemos afirmar que, na situação concreta em que determinado agente mata 5 pessoas a tiros com sua pistola, em face de convicções político-religiosas, realizando todos esses crimes em um mesmo condomínio residencial e sempre durante a madrugada :

a) é admissível ainda que entre as condutas decorra prazo de tempo superior a 30 dias, mas desde que satisfeitos todos os demais requisitos legais.

b) Admite-se, para certos casos, a modalidade específica, ocasião em que a pena do crime mais grave poderá ser aumentada até o triplo.

c) Não se considera o número de infrações cometidas, mas tão somente sua gravidade, para fins de cálculo do quanto de acréscimo à pena aplicável.

d) é inadmissível seu reconhecimento nos crimes dolosos contra a vida como nos homicídios do exemplo.

Questão 64

João Carlos pratica o crime de lesão corporal leve (detenção, de 3 meses a 3 anos) no âmbito doméstico contra a sua irmã Maria. Em uma discussão, ele desferiu um soco na irmã e isso causou em Maria um olho roxo (hematoma). Após 10 meses, Maria, plenamente recuperada, procura a polícia civil, com todas as provas de materialidade e autoria, em busca de providências criminais contra o seu irmão. Nessa situação, a resposta juridicamente correta que o delegado deve apresentar a Maria é:

a) instaurar o inquérito policial por Portaria, após aceitar o requerimento da ofendida.

b) lavrar o termo circunstanciado e encaminhar o feito ao Juizado Especial Criminal.

c) informar que o fato já foi atingido pela decadência do direito de representação e não poderá ser instaurado o inquérito.

d) informar que o fato já foi atingido pela decadência do direito de queixa e não poderá ser instaurado o inquérito.

Questão 65

Mauro ofende Flávio chamando-o de "desgraçado ignorante". Flávio procura você em seu escritório de advocacia e pede providências criminais contra Mauro. Entrega a você uma ata notarial feita em cartório contendo a página da rede social em que a ofensa fora feita. Após atenta análise da situação, você conclui que Flávio, seu novo cliente, foi vítima do crime de injúria (Art. 140 do Código Penal), cuja pena em abstrato é de detenção, de um a seis meses, ou multa. Após distribuir a queixa-crime respectiva, você é surpreendido com a decisão do juiz rejeitando a sua queixa-crime. Considerando a situação narrada, indique o recurso correto a ser interposto e o respectivo prazo:

a) apelação em 5 dias.

b) apelação em 10 dias.

c) recurso em sentido estrito em 5 dias.

d) recurso em sentido estrito em 15 dias.

Questão 66

Catifunda, por pura imprudência, acaba por destruir um vaso de vidro pertencente à sua melhor amiga durante uma visita de rotina. Após o acidente, a amiga explica que aquele vaso tinha sido de sua bisavó e, pela importância da peça, não teria outra alternativa a não ser chamar a polícia. Ao ser presa em flagrante e conduzida ao Distrito Policial pelo crime de dano, telefona para você, advogado(a) da família pedindo ajuda. Utilizando os seus conhecimentos em direito penal e processo penal, indique a linha de defesa correta para esse caso concreto:

a) O flagrante é ilegal pois o vaso pertencia a uma pessoa já falecida e, portanto, não se pode punir alguém por dano a um objeto que não pertence atualmente a ninguém.

b) diante da regularidade do flagrante, requerer o relaxamento da prisão em flagrante, com ou sem medidas cautelares.

c) diante da regularidade do flagrante, requerer a liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares.

d) requerer o relaxamento da prisão em flagrante diante da atipicidade do fato, pois não existe o crime de dano culposo.

Questão 67

Pedro, revoltado com a traição de seu sócio Rodrigo, decide matá-lo. Desfere vários tiros contra Rodrigo que morre instantaneamente. Preocupado com as consequências de seu ato, leva o cadáver a um forno industrial e incinera o cadáver de seu sócio assassinado. Diante do sumiço dos vestígios, indique a alternativa CORRETA.

a) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito e, como o cadáver se transformou em cinzas, a polícia deve buscar eventuais testemunhas para suprir a falta do exame direto.

b) Quando a infração deixar vestígios, será dispensável o exame de corpo de delito caso exista a confissão do acusado.

c) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito e, como o cadáver se transformou em cinzas, será desnecessária a perícia nesse caso.

d) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito e, como o cadáver se transformou em cinzas, não teremos ação penal.

Questão 68

Rosenval, juiz competente para processar e julgar Paulo, réu em processo crime pelo delito de roubo, se vê diante de um impasse - existem provas muito fortes para condenar e provas muito fortes para absolver. A respeito da dúvida no processo penal, aponte a alternativa correta:

a) Rosenval deverá condenar Paulo diante do princípio do "in dubio pro societate".

b) Rosenval deverá extinguir a punibilidade de Paulo pela ausência de justa causa para a ação penal.

c) Rosenval deverá absolver Paulo diante do princípio do "in dubio pro reo".

d) Rosenval deverá absolver Paulo por estar comprovada a inexistência do fato.

Questão 69

Márcia foi injustamente condenada pela prática do crime de tráfico de drogas a 11 anos de reclusão em regime fechado. Após o trânsito em julgado, encontra-se cumprindo pena recolhida na Penitenciária de Franco da Rocha. Ocorre que outro traficante da região acaba de confessar o crime praticado por Márcia, que a levou ao cárcere. Você, como advogada(o) dela, com a confissão judicial do traficante, deverá

a) interpor agravo em execução para buscar a sua absolvição.

b) interpor apelação criminal para buscar a sua absolvição.

c) interpor revisão criminal para buscar a sua absolvição.

d) aguardar a condenação definitiva do traficante para tomar providências.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Mirna e Catarina trabalhavam de 2ª a 6ª feira como auxiliares técnicas em uma mineradora. Em determinada tarde de um final de semana, enquanto passeava em um shopping da cidade, Mirna encontrou Catarina. Por motivo fútil, elas discutiram por um lugar na fila para comprar ingresso para uma sessão de filme. Irritada, Mirna agrediu Catarina, com socos e tapas, que não reagiu e teve de ser hospitalizada para cuidar das lesões sofridas. A notícia se espalhou rapidamente, de modo que na 2ª feira seguinte todos os empregados da mineradora sabiam e comentavam o ocorrido. Aliás, diziam que Mirna era reincidente neste tipo de situação, pois no passado havia agredido fisicamente outra pessoa, também colega de trabalho, num salão de beleza, pois tinham opiniões políticas diferentes.

Diante da situação fática apresentada, assinale a alternativa correta:

a) A mineradora poderá realizar a dispensa por justa causa devido a agressão contra colega de trabalho, ainda que não tenha ocorrido em serviço.

b) A mineradora somente poderia proceder a uma dispensa por justa causa, se a agressão fosse praticada no serviço, o que não foi observado.

c) A falta grave ficou caracterizada, mas para a dispensa por justa causa, deverá se proceder ao ajuizamento de inquérito de apuração de falta grave.

d) A falta grave não ficou caracterizada, mas para que a mesma seja dispensada deverá ser suspensa por até 30 dias e ajuizar o inquérito de apuração de falta grave.

Questão 71

Lucas trabalha para empresa Likes LTDA. desde 2010 e por exercer função perigosa sempre percebeu o adicional de periculosidade. Acontece que agora também passou a ajudar na limpeza do galpão e em ter contato direto com agentes químicos, e requereu junto ao seu empregador que fosse pago também o adicional de insalubridade.

Na dúvida sobre o tema, a empresa o procura como advogado para fins de verificar os direitos envoltos.

Assim, assinale a orientação correta, a ser realizada pelo advogado.

a) Deverá informar a viabilidade do pagamento simultâneo do adicional de insalubridade e periculosidade, quando a atividade envolver risco elevado.

b) Deverá ser informado que não é possível o pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade, frente ao mesmo fato gerador, devendo o empregador optar por um deles.

c) Deverá ser informado que poderá ocorrer o pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade simultaneamente, mas somente após autorização do Ministério da Economia. .

d) Deverá ser informado que não é possível o pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade simultaneamente, devendo o empregado optar por aquele que entender mais vantajoso.

Questão 72

Leandro era almoxarife em uma empresa multinacional havia 11 anos. O empregador, desejando reduzir seu quadro de funcionários, lançou, em outubro de 2019, um programa de demissão voluntária, com regras claras e objetivas, fixadas em acordo coletivo assinado com o sindicato de classe dos empregados. Diante do longo tempo trabalhado, a indenização adicional devida a Leandro era generosa. Assim, após refletir e conversar com sua família, ele aderiu ao PDV em questão, sem lançar ressalvas.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) A adesão ao PDV sem que exista ressalva confere quitação plena e irrevogável em relação a todos os direitos decorrentes da relação empregatícia.

b) A adesão ao PDV não confere quitação a nenhuma verba do contrato de trabalho.

c) A adesão ao PDV, com ressalvas, confere quitação plena e irrevogável em relação aos direitos decorrentes da relação empregatícia, quando homologado frente ao Ministério da Economia.

d) A adesão ao PDV, sem ressalvas, confere quitação plena e irrevogável em relação aos direitos decorrentes da relação empregatícia, quando homologado frente ao Ministério da Economia.

Questão 73

Felipe e Camila trabalham como vigilantes na mesma agência do Banco Queche S.A. Ele é vigilante terceirizado e ela é vigilante contratada diretamente pelo banco. Ambos trabalham em escala de 12 x 36 horas, conforme acertado na convenção coletiva da categoria.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) Felipe por ser terceirizado é considerado bancário, mas Camila não.

b) Camila por ser contratada diretamente pelo banco é considerado bancária, mas Felipe não.

c) Nenhum deles é bancário, porque o vigilante integra categoria profissional diferenciada.

d) Os dois são considerados bancários por exercerem suas atividades diretamente ao banco.

Questão 74

Atirson foi acusado de ato de indisciplina no ambiente da empresa em que trabalha. Em razão dessa acusação, foi suspenso por 45 dias. Atirson procurou você como advogado(a) para uma consulta, enquanto ainda estava suspenso, aduzindo que não pretendia continuar trabalhando na empresa.

Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta.

a) A punição de suspensão por mais de 15 dias importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

b) A punição de suspensão por mais de 30 dias importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

c) A punição de suspensão por mais de 30 dias importa em distrato do contrato de trabalho.

d) Após a punição aplicada de forma lícita ao empregado, apenas caberá a este realizar um pedido de demissão.

Questão 75

Fernando, 17 anos, estudante, trabalha no estoque do Mercado, “Oba Oba” Ltda. Considerando a condição de menor estudante, assinale a alternativa correta.

a) o empregado estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares, sendo vedado seu fracionamento.

b) considera-se menor o trabalhador de 12 até 18 anos, sendo vedado o trabalho aos menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 12 anos.

c) Ao maior de 16 (dezesseis) e menor de 18 (dezoito) anos não é vedado o trabalho noturno, compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.

d) o empregado estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares, não havendo vedação quanto ao seu fracionamento.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 76

Lady Gaga trabalhava de 2ª a sábado como secretaria em uma empresa de eventos. Sempre foi uma funcionária exemplar, mas nos últimos meses vinha apresentando um comportamento mais agressivo para com seu supervisor e seus colegas de Trabalho. Na última sexta-feira, veio a agredir alguns colegas de equipe depois de uma forte discussão em seu departamento. A notícia se espalhou rapidamente, o que fez com que a empresa efetuasse sua dispensa de forma imediata e por justa causa. Ainda, o empregador informou para que ela voltasse a empresa daqui a dois dias para que fosse feito o pagamento de todas as suas verbas rescisórias, mas Lady Gaga por não concordar com sua dispensa, não retornou mais a empresa.

Diante do exposto, assinale a medida processual a ser adotada pela empresa para fins de realizar o pagamento a ex-empregada:

a) a empresa deve se valer de uma Ação Monitoria para fins de pagar todos os direitos trabalhista, decorrentes da dispensa.

b) A empresa deve se valer de uma Ação de Consignação em Pagamento para fins de pagar todos os direitos trabalhista, decorrentes da dispensa.

c) A empresa deve se valer de uma Ação Rescisória visando a rescisão do contrato, bem com o pagamento das verbas devidas.

d) A empresa deve se valer de uma Ação Estimatória visando a rescisão do contrato, bem com o pagamento das verbas devidas.

Questão 77

Em sentença prolatada por uma Vara do Trabalho, o juiz condenou a empresa ao pagamento dos adicionais de periculosidade e insalubridade, já que a perícia realizada nos autos comprovou que havia agente agressor à saúde do trabalhador e que as condições de trabalho geravam acentuado risco de morte. Na sentença, o juiz ainda

condenou o ex-empregador a devolver ao autor o valor dos honorários do assistente técnico contratado pelo trabalhador.

Considerando a situação proposta e tema envolto, honorários periciais, assinale a alternativa correta.

a) A indicação de assistente técnico é facultativa, logo, a parte que o contratou deverá arcar com os honorários deste profissional, não cabendo qualquer ressarcimento.

b) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais do perito é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita.

c) A indicação de assistente técnico é facultativa, mas quando contrato, a parte sucumbente torna-se responsável pelo pagamento dos honorários deste profissional.

d) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte vencedora na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita.

Questão 78

Roberto é dirigente sindical e, durante o seu mandato, a sociedade empresária alegou que ele praticou falta grave e, em razão disso, suspendeu-o e instaurou inquérito judicial contra ele. Na petição, a sociedade empresária alegou que Roberto participou de uma greve nas instalações da empresa e, em que pese não ter havido qualquer excesso ou anormalidade, a paralisação em si trouxe prejuízos financeiros para o empregador.

Considerando o caso narrado, assinale o prazo correto para propositura do devido inquérito:

a) Prazo decandecial máximo de 30 dias.

b) Prazo prescricional máximo de 15 dias.

c) Prazo prescricional máximo de 30 dias.

d) Prazo decandecial máximo de 90 dias.

Questão 79

Fernando, nascido em Salvador – BA e residente em Caldas Novas – GO, celebrou na cidade de Itumbiara – GO um contrato de trabalho com a empresa "Lua de Cristal" Ltda., com sede no município de São Luiz dos Montes Belos – GO, para trabalhar na cidade de Porangatu – GO.

A Consolidação das Leis do Trabalho estabelece regras claras quanto à competência territorial a ser observada em possíveis conflitos de interesses surgidos na relação laboral. Nesses termos, considerando o caso relatado,

a) o juízo da Vara do Trabalho da cidade de Porangatu, local da prestação de serviço, será competente para processar e julgar a lide decorrente da relação empregatícia.

b) o empregado poderá optar entre a Vara do Trabalho do seu domicílio ou a Vara do Trabalho da sede da empresa, para protocolizar Reclamação Trabalhista decorrente da relação empregatícia.

c) a Vara do Trabalho da cidade de Itumbiara, local da celebração do contrato de trabalho, terá a competência territorial para processar e julgar qualquer Reclamação Trabalhista decorrente da relação empregatícia.

d) o juízo da Vara do Trabalho da cidade de Salvador, local onde o empregado hipossuficiente nasceu, será competente para processar e julgar a lide decorrente da relação empregatícia.

Questão 80

Em sede de negociação coletiva entre o sindicato dos metalúrgicos e a empresa "XPTO" foi estabelecido o direito a auxílio combustível e plano de saúde, a ser arcado integralmente pela empresa. Tal estipulação foi pactuada, após constantes greves realizadas pela classe operária.

No entanto, após um mês do acordo firmado, a empresa já demonstra sinais de que não irá cumprir com o estabelecido.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta, acerca da medida processual apta a fazer os empregados exigirem o cumprimento dos direitos constantes em negociação coletiva.

a) Mandado de segurança.

b) Execução de título executivo extrajudicial.

c) Ação de cumprimento.

d) Ação Rescisória.

Estratégia OAB